

## A atemporalidade da *Ideologia Alemã*: lacônicos apontamentos

### *The atemporality of German Ideology: laconics tests*

Maria Cristina BALUTA<sup>1</sup>  
Dirceia MOREIRA<sup>2</sup>  
Jucelene Mendes VALÉRIO<sup>3</sup>

#### Resumo

Este texto é resultado de estudos empreendidos na disciplina: Seminário Especial Marxismo e Educação da Pós-Graduação em Educação da UEPG. Objetiva apresentar alguns apontamentos sobre as ideias principais de Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, entre elas, as críticas sobre o pensamento dos neo-hegelianos e sua influência no comportamento de alienação dele resultante. Nessa estrutura, fazem uma concepção a respeito do que é o modo de produção, o intercâmbio e a divisão de trabalho, para redirecionar por meio dessa divisão, a separação entre a cidade e o campo. Marx e Engels propõem a iminente necessidade de transmutar o mundo, incitando a saída do conforto das satisfações, da cômoda interpretação do mundo dado, e principalmente, a vivência da *práxis* estruturada em ações responsáveis, autônomas e reflexivas, capazes de transformar a natureza e a vida do homem.

**Palavras-chave:** História. Sociedade. Transformação.

#### Abstract

This text is the result of studies undertaken in the subject: Marxism Special Seminar and Postgraduate Education in UEPG. It aims to present some notes on the main ideas of Marx and Engels in *The German Ideology*, among them the criticism of the Neo-Hegelian thought and its influence on the resulting alienation behavior. In this structure, they make a conception about what the way of production is, the exchange and the division of labor, in order to redirect through this division, the separation between the city and the countryside. Marx and Engels propose the imminent need to transmute the world, stimulating the exit from the comfort of satisfactions, the comfortable interpretation of the given world, and above all, the experience of structured praxis in responsible, autonomous and reflexive actions, capable of transforming nature and life of man.

**Keywords:** History. Society. Transformation.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: cristinabaluta@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: dirceiam@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. E-mail: jucelenemendes@hotmail.com

## **Introdução**

A elaboração do manuscrito em estudo foi concluída em 1846, contudo foi publicada postumamente e gradativamente, tendo sua publicação por completo ocorrida somente no ano de 1933. Foi o primeiro livro escrito a quatro mãos pelos autores Karl Marx e Friedrich Engels, marcando uma etapa de rompimento com o hegelianismo de esquerda.

Intencionalmente dedicado a uma crítica ferrenha aos seguidores de Hegel, os quais defendiam uma ideologia alemã conservadora, estruturada na credibilidade do pensamento como origem potencial de transformação da sociedade, valorando o espírito humano e não a atividade humana; por consequência, desconsiderando o homem como protagonista da história.

O estudo utilizou da metodologia de extensão qualitativa, empregando como fonte a pesquisa bibliográfica.

## **A obra a quatro mãos**

Já nas primeiras páginas do livro intitulado *A Ideologia Alemã* se percebe o propósito dos autores em desmascarar as ideias pré-concebidas pelas representações do mundo, das pessoas e do próprio eu; fortemente influenciadas, até então, pelos dogmas religiosos e místicos que acompanharam o processo de evolução do ser humano. A centralidade de todos os atos e fatos na figura de um Deus maniqueísta foi responsável pela condução e indução dos comportamentos do homem, na sua condição de ser e estar no mundo.

Com esse desiderato, Marx e Engels criticam a filosofia proposta nos trabalhos dos neo-hegelianos, afirmando que elas eram fantasiosas, e que tinham como intento apresentar as idéias dos burgueses alemães, cuja ideologia não revelava objetivos concretos em prol da sociedade. Assim, na Alemanha ocorre uma luta de pensamentos, que duram três anos (1842 – 1845), verdadeiro processo de desconstrução do Espírito Absoluto.

Para o sociólogo Michael Löwy o termo ideologia tem um caminho flexuoso que se inicia com o sentido concedido por Destutt, posteriormente modificado por Napoleão e retomado por Marx com a atribuição de um novo sentido. Na obra em estudo, a ideologia corresponde “à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real.” (LÖWY, 2016, p.12)

Marx e Engels relatam que a filosofia empregada na Alemanha no século XVIII, era embasada no sistema hegeliano, e que os novos críticos não conseguiram ultrapassar as ideias de Hegel, apesar de conclamarem sua superação. Entretanto, o que restou uníssono entre eles, foi à conclusão de que toda relação dominante era religiosa, atingindo indistintamente as manifestações metafísicas, políticas (ou a consciência política) e jurídica.

Merece destaque a observação quanto à insensibilidade dos neo-hegelianos em perceber a existência de conexão entre a filosofia alemã e a sua realidade concreta. A crítica desta incompreensão é apresentada por pressupostos reais, pois “são indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (MARX; ENGELS, 2007, p. 26)

## **O papel da Produção e da Propriedade**

Marx e Engels (2007) expõem que o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de humanos vivos e sua relação com a natureza e suas modificações no percurso da história realizada pelo homem. Indicam que o homem se diferencia dos animais por diversas situações (ex. religião, consciência), mas principalmente por ser capaz de produzir seus meios de vida. Nessa estrutura, fazem uma concepção a respeito do que é o modo de produção, o intercâmbio e a divisão de trabalho, para redirecionar por meio dessa divisão, a separação entre a cidade e o campo, entre o trabalho agrícola e o trabalho industrial e/ou comercial. Portanto, não é mera divisão de tarefas, mas genuína separação entre as condições, instrumentos e o próprio trabalho.

Realçam que na trajetória da divisão do trabalho, existiram várias fases de desenvolvimento, ou seja, diferentes formas de introdução da propriedade, cuja análise

permite depreender a sequência do processo histórico e as diferentes modalidades de sociedade.

A primeira forma de propriedade, denominada tribal, tem como suporte a figura da família ampliada (membros do grupo), com forte centralidade na personalidade do mando patriarcal; a segunda forma de propriedade foi a estatal, caracterizada pela institucionalização de tributos, impostos e taxas devidos ao Estado, mantenedor e/ou donatário das propriedades privadas, realçando a divisão da sociedade em senhores e escravos; já na feudal ou estamental, terceira forma de propriedade, a terra é trabalhada pelos servos da gleba e a sociedade se estrutura pela divisão entre nobreza fundiária e servos (no campo) e artesãos livres e aprendizes (na cidade). Na cidade, as pessoas que produziam individualmente começam a se associar contra a nobreza e com seu capital contratavam ‘aprendizes’, criando assim um processo de hierarquia, igual à do campo (MARX; ENGELS, 2007).

A partir dessa compreensão, os autores afirmam que a estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de pessoas determinadas; da maneira em que eles estão inseridos, em sua maneira de produzir materialmente, independentes de sua vontade; ou seja, não importa o que eles eram, o que pensavam, mas sim o que eles faziam nos seus meios de produção. Desta forma, firmam o entendimento inquestionável da ‘teia’ existente entre as ações do homem na natureza, nos modos de produção e na sua interpretação de vida. Assim, analisam que o homem se vê condicionado a uma situação existencial materializada no modo de produção, cuja modificação/alteração só pode ocorrer quando ele apreender ser o produtor de sua própria consciência.

Totalmente ao contrário do que ocorre na filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se ascende da terra ao céu. Ou, em outras palavras: não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. [...] Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao se desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 37)

Nesta acepção, a origem da ideologia estaria nas idéias dominantes da classe dominante, a qual detém a posse do poder material e o controle da produção espiritual. Diferente do pensamento de Feurbach (idealista), não se pode fragmentar o homem da história, sem saber o fato, ou colocar a história como um fato morto, mas sim a partir dessa consciência que encerram as especulações e se inicia o concreto, a ciência real, o processo prático de desenvolvimento do homem.

Estar em condições de vida para poder fazer a história passa a ser entendida como o primeiro pressuposto de toda existência do ser humano.

Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos. ( MARX; ENGELS, 2007, p. 39)

O segundo pressuposto é que satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfação e o seu instrumento, direcionam para novas necessidades que é o primeiro ato histórico, ou seja, a produção dos meios. O terceiro ponto, que intervém no desenvolvimento histórico é que os homens, se renovam, procriam, fazendo assim uma relação de família, ou melhor, de relações sociais.

Nestas relações, a efetividade de uma ação humana não é requisito identificador suficiente para considerar uma atividade como significativa de uma *práxis*. A ação compreendida como atividade no sentido da *práxis* deve apresentar características próprias, como: ser consciente ( com ciência do que se está fazendo, caso contrário, será apenas prática de movimento aleatório, impensado e repetitivo); autônoma (com iniciativa própria, independente de comandos coercitivos ou persuasivos); voluntária (emanar da subjetividade do sujeito, estruturada nos princípios norteadores de sua conduta); responsável (prever as conseqüências das opções escolhidas) e reflexiva (sentido de repensar a prática de suas atividades e qual o objeto pretendido). Nestas condições, toda ação espelha uma generalidade, pois se desconhece quem é o agente (físico, biológico ou humano), qual a natureza da matéria em que atua (corpo físico, ser

vivo, vivência psíquica, grupo, relação ou instituição social), e o produto em si ( fato ou resultado) que a atividade pode evidenciar. (VÁZQUEZ, 2011)

Neste prisma, a atividade tem existência real de plausibilidade teleológica e não de frágil abstração de potencialidades. Certo é, que nem todos os resultados corresponderão ao objeto idealizado, mas a aproximação com o que se pretendia, já demonstra a intenção subjetiva concretizada no mundo físico e real.

Este resultado, segundo Vázquez (2011) é aferido pela produção do objeto, ou seja, a idéia é plasmada<sup>4</sup> para a vivência social. Não basta, entretanto, a materialização de algo pensado, é preciso ainda que tenha uma finalidade para sua existência, o fim não pode ser o acaso, mas sim, algo que foi deliberadamente planejado, transpassando o caminho da idéia para além da observação desejável de seu idealizador. É a demonstração da interioridade do sujeito, criando e recriando necessidades e capacidades materiais e espirituais.

Quando os autores se referem à visão do trabalho, dispõem que

[...] desde o instante em que o trabalho começa ser distribuído, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair; o homem é caçador, pescador, pastor ou crítico, e aí deve permanecer se não quiser perder seus meios de vida – ao passo que na sociedade comunista, onde cada um não tem uma esfera de atividade exclusiva, mas pode aperfeiçoar-se no ramo que lhe apraz, a sociedade regula a produção geral, dando-me assim a possibilidade de hoje fazer tal coisa, amanhã outra, caçar pela manhã, pescar a tarde, criar animais ao anoitecer, criticar após o jantar, segundo meu desejo, sem jamais torna-me caçador, pescador, pastor ou crítico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47)

A visão compreendida de trabalho é a ausência da exploração, valorando a experiência do comunismo como potencialidade do homem fazer aquilo que se aprecia mais, sem ter a obrigação de ter somente uma forma de trabalho. Toda classe que deseja a dominação, como no caso do proletariado, primeiramente deve superar a antiga forma de sociedade e sua dominação, conquistar o poder político para poder ver respeitados seus interesses como sendo interesse geral. De nada adiantaria haver uma argumentação restrita a um círculo de pensadores, se esta não for compartilhada com os sujeitos envolvidos (os proletários), os quais deveriam adquirir a consciência de suas condições

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada por Vázquez (2011) no sentido da percepção do resultado ideal no produto real.

para que pudessem interferir e modificar a sua realidade. Vázquez complementa que, para Marx "o problema deveria ser atacado pela raiz, passando da crítica radical ao plano prático, por intermédio da revolução" (VÁZQUEZ, 2011, p. 117)

Quando se fala em força produtiva, sugere a cooperação de indivíduos exigidos pela divisão do trabalho, involuntária, mas natural, independente do querer e do agir dos indivíduos. (MARX; ENGELS, 2007). É a vivência da ‘alienação’, a qual só poder ser superada de duas formas práticas.

Para que ela se torne um poder “insuportável”, isto é, um poder contra o qual se faz uma revolução, é necessário que tenha produzido a massa da humanidade como massa totalmente “destituída de propriedade”, e que se encontre, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de cultura existente de fato – coisas que pressupõe, em ambos os casos, um grande incremento da força produtiva, ou seja, um alto grau de desenvolvimento; por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas [...] é um pressuposto prático, absolutamente necessário, porque, sem ele, apenas generalizar-se-ia a escassez e, portanto, com a carência, recomençaria novamente a luta pelo necessário e toda a imundice anterior seria restabelecida; (MARX; ENGELS, 2007, p. 50)

Só por meio da revolução e da tomada do poder pelo proletariado, haveria mudanças e, como resultado, a concretização de um povo sem classes, sem exploração do indivíduo, considerando o comunismo como forma ou movimento real que supera o estado das coisas atuais. A revolução proletária segundo Vázquez (VÁZQUEZ, 2011) é a forma mais alta, historicamente, da *práxis* revolucionária, sendo um processo de ruptura em organização, pois rompe, com as relações de propriedades tradicionais. Os autores apontam como Feurbach estava equivocado ao se declarar comunista, pois “Toda dedução de Feuerbach no que concerne às relações recíprocas entre os homens visa unicamente a provar que os homens têm necessidade uns dos outros e sempre tiveram.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 62)

Entendem como libertação o ato histórico, concreto e não um ato de pensamento; como supunham os ideólogos alemães. Esta libertação estava centrada no fato de se encontrar na história, pela sua condição, “pela situação da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 65).

O ser social é histórico. Muda com a história ao mesmo tempo que modifica a história. As condições em que os homens fazem a sua história são imediatas, estão já aí, não formas escolhidas. Porém, a ação singular altera o todo que, ao mudar, muda com ele o indivíduo. A mudança se dá pela contradição, pela negatividade, pela luta. (ARAUJO, 1998, p. 78)

Afirmam que as ideias da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes, que elas nada mais são do que “a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as ideias de sua dominação.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 72)

A classe dominante é gerida pelo poder do capital, cujos detentores ditam as regras a serem seguidas; seja no estilo de vida, alimentação, trabalho, entre outros. Nesta perspectiva, toda classe que toma o poder, deve apresentar seus interesses como interesses coletivos, tornando-os como a única verdade existente na sociedade.

Quando da discussão sobre a base real da ideologia, os autores ratificam que a maior divisão de classes é a separação entre a cidade e o campo, sendo também a mais flagrante evidência da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho. Na cidade aparece a necessidade de administração, de impostos, da organização comunal, da política. Manifestam pioneiramente a divisão de classes e o contraste entre a cidade (concentração de pessoas, do capital, instrumentos de produção, dos prazeres e das necessidades) e o campo (isolamento, separação) existente só na propriedade privada (MARX; ENGELS, 2007).

Descrevem o desdobramento da divisão de classe; a criação da classe burguesa; a acumulação de capital; as concentrações de bens por meio da manufatura e o desenvolvimento das indústrias. A manufatura, iniciada pela tecelagem, foi o primeiro período de propriedade privada, da qual origina a concentração avançada da população, acumulação do capital nas mãos de poucos, e, conseqüentemente, um período de concorrências e lutas comerciais travadas por meio de guerras, de direitos aduaneiros e de vedações. Na relação mantida entre o empregador e o trabalhador estalam mudanças, ou seja, “nas corporações subsistiam as relações patriarcais entre oficiais e mestres; na manufatura estas relações foram substituídas por relações monetárias entre o trabalhador e o capitalista [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p. 88).

Em meados do século XVII até os fins do século XVIII, a propriedade privada inicia seu segundo período; oportunidade em que o comércio e a navegação se desenvolvem mais rápido do que a manufatura. Naquela época a Inglaterra se destacava das demais nações, devido à manutenção de sua dominação tanto no plano comercial como na manufatura, fazendo com que a procura dos produtos feitos em seu território fosse mais intensa, figurando como verdadeiro mercado mundial. O crescimento e desenvolvimento deste período foram marcados pela criação de grandes maquinarias.

A extensão da divisão do trabalho, fez com que houvesse o terceiro período da propriedade privada, caracterizado pelo desenvolvimento da mecânica teórica e da liberdade de concorrência no interior da nação, a exemplo da Inglaterra.

A concorrência logo obrigou todo país que quisesse conservar seu papel histórico a proteger suas manufaturas por meio de novas medidas alfandegárias [...], e logo depois a introduzir a grande indústria sob tributos protecionistas. [...] submeteu a si o comércio, transformou todo o capital em capital industrial e engendrou, com isso, a rápida circulação [...] e a centralização dos capitais. [...] Subsumiu a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho sua última aparência de naturalidade. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94)

Este período foi marcado por veemente trabalho dos indivíduos, mudando o cenário das cidades, transformando-as em cidades industriais; fragilizando os artesanatos e as fases anteriores. Aqui prevalece o desenvolvimento unilateral. “Não é apenas a relação como capitalista, mas é o próprio trabalho, que a grande indústria torna-se insuportável para o trabalhador” (MARX; ENGELS, 2007, p. 95).

Com o desenvolvimento desenfreado do capitalismo industrial, há entre os trabalhadores neste comércio mundial a luta agora da concorrência, não somente entre os burgueses, mas também entre o proletariado, estabelecendo um distanciamento para uma unificação.

Assim, Marx e Engels apresentam suas críticas sobre a filosofia alemã e finalizam o livro, propondo o comunismo intermediado pela consciência, creditando ao comunismo ser o único movimento que remete a história dos homens, despojando-se do seu caráter natural e submetendo ao poder das pessoas unidas.

Ressalta o poder da coletividade, sem a qual não há revolução, uma vez que “somente na coletividade, portanto, torna-se possível a liberdade pessoal” (MARX;

ENGELS, 2007, p. 117). Consideram que somente quando o interesse particular de uma classe sobrepuser a outra, é que será possível uma sociedade sem classes.

A história humana, que é a história da alienação pelo trabalho nas sociedades de classe, só será superada na sociedade comunista do futuro, sociedade sem classes porque nela foi abolida a propriedade privada. Só uma revolução poderia por termo a luta de classes e conduzir o homem a realizar sua essência verdadeiramente humana; a sociedade a forma de apropriação será a da vida humana: se não é preciso comprar o sustento, a relação com o mundo muda obrigatoriamente (ARAUJO, 1998, p. 78)

Marx e Engels propõem a iminente necessidade de transmutar o mundo, incitando a saída do conforto das satisfações, da comodidade de uma interpretação do mundo dado, e principalmente a sair do campo da teoria e ir para a ação (responsável, autônoma e reflexiva), ou seja, para *práxis* transformadora da natureza e da vida do homem. (VÁZQUEZ, 2011)

## **Considerações finais**

O ineditismo dos autores, cuja reflexão ainda não perdeu a autenticidade, em condicionar a existência de uma revolução na sociedade como um todo, à atividade consciente dos homens sob um novo olhar sobre a realidade, está ainda muito presente na contemporaneidade.

A transformação se concretiza pela atividade humana na sua realidade existencial, e não pela indução/imposição, pela qual há uma ‘espiritualidade’ subserviente e refém do medo.

Os autores demonstram os fatores de desigualdade em pleno século XIX; e de que somente é possível a transformação desta sociedade por meio da história, observando que em todo o processo histórico, na divisão do trabalho, uma classe sempre sobrepôs a outra, tendo assim, uma classe dominante. Propõem que quando a classe proletária tomar a consciência e perceber que é a maioria, haverá uma revolução com fins de inibir a divisão de classes.

Analisa a sociedade a partir das relações de produção, sendo que a classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe dos meios de produção

intelectual; de consequência, o modo de produção comunista tem potencialidade para substituir o capitalismo, dentro de um processo revolucionário.

Independente das divergências e contradições que o inovador pensamento trouxe à sociedade, as idéias de *práxis* social; a divisão sócio-histórica do trabalho; alienação; mais-valia; consciência de classe; entre outros, se impõe como verdade edificante do materialismo histórico.

## Referências

ARAÚJO, Inês Lacerda. A abordagem dialética. *In: Introdução à filosofia da ciência*. Curitiba: Ed. Da UFPR, 1998. p. 71-93.

CRUZ, Manuel Braga da. Karl Marx – Friedrich Engels. *In: Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos (Antologia de Textos)*. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 4ª ed., v. I, 2004, p. 03-72.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2016

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 3ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Maria Encarnación Moya. São Paulo: Expressão Popular, 2011.